

A REPRESSÃO DE ESTADO AOS SINDICATOS E SINDICALISTAS BAIANOS NA DITADURA DE 1964: os casos dos petroleiros e bancários.

Carlos Eduardo Soares de Freitas¹

Resumo. Os efeitos da ditadura civil-militar no movimento sindical baiano são analisados neste ensaio, nas categorias profissionais dos petroleiros e dos bancários. Utilizou-se como fontes pesquisas sobre a repressão dos trabalhadores baianos, documentos da ditadura em acervos do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado de São Paulo, relatórios da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade, e entrevistas com dirigentes sindicais no período do golpe militar. O ensaio trata do autoritarismo de Estado, caracterizado por intervenções em entidades sindicais, prisões e torturas de trabalhadores, e atuação de empresas que colaboraram com a ditadura, em condutas violentas, como a Petrobrás. Investiga-se a sustentação da ditadura nos meios jurídicos, em normas que provocaram prejuízos aos trabalhadores e enfraquecimento dos sindicatos. Fatores e circunstâncias compõem um cenário de terror, que marcou profundamente o movimento sindical e as vidas das pessoas que atuaram como lideranças na época.

Palavras-chaves: ditadura civil-militar; repressão; sindicato; trabalhadores; Bahia.

THE STATE REPRESSION TO UNIONS AND UNIONISTS IN BAHIA IN THE 1964 DICTATORSHIP: THE CASES OF OIL WORKERS AND CLERK WORKERS

Abstract. The effects of the civil-military dictatorship on the Bahian trade union movement are here analyzed, specifically about oil workers and bank workers. Researches on the repression of Bahian workers, documents from the dictatorship in the National Archives and the Public Archives of the State of São Paulo, reports from the National Truth Commission and the State Truth Commission, and interviews with union leaders in the military coup period were used as sources. The essay deals with State authoritarianism, arrests and tortures of workers, and the performance of companies that collaborated with the dictatorship, in violent conducts, such as Petrobras. The support of the dictatorship in the legal environment was investigated, in rules that caused losses to workers and weakened unions. Factors and circumstances make up a scenario of terror, which

¹ Professor da Universidade do Estado da Bahia e da Universidade Federal da Bahia, pós-doutorado no PPGD da UFRJ.  <https://orcid.org/0000-0001-6642-0532>. E-mail: carlosofreitas3@gmail.com

profoundly marked the union movement and the lives of the people who served as leaders at the time.

Keywords: civil-military dictatorship; repression; union entity; workers; Bahia.

LA REPRESIÓN ESTATAL A LOS SINDICATOS Y SINDICATOS EN BAHIA EN LA DICTADURA DE 1964: LOS CASOS DE PETROLEROS Y BANCARIOS

Resumen. Los efectos de la dictadura civil-militar en el movimiento sindical bahiano se analizan, en las categorías de trabajadores petroleros y bancarios. Investigación sobre la represión de los trabajadores bahianos, documentos de la dictadura en los Archivos Nacionales y los Archivos Públicos del Estado de São Paulo, informes de la Comisión Nacional de la Verdad y la Comisión Estatal de la Verdad, y entrevistas con líderes sindicales. El ensayo aborda el autoritarismo estatal, caracterizado por intervenciones en entidades sindicales, prisiones y torturas de trabajadores, y el desempeño de empresas que colaboraron con la dictadura, en conductas violentas, como Petrobras. Investigar el apoyo de la dictadura en el entorno legal, en normas que causaron pérdidas a los trabajadores y debilitaron a los sindicatos. Factores y circunstancias conforman un escenario de terror, que marcó profundamente el movimiento sindical y la vida de las personas que sirvieron como líderes en ese momento.

Palabras clave: dictadura civil-militar; represión; Sindicato; trabajadores; Bahia.

*Meus dias passam, minha fé também.
Já tive céus e estrelas em meu manto,
As grandes horas, se as viveu alguém,
Quando as viveu, perderam já o encanto.*
Fernando Pessoa

Introdução

Este ensaio objetiva refletir sobre os efeitos da ditadura civil-militar brasileira, iniciada em 1964, sobre os trabalhadores baianos e suas representações coletivas. Sindicatos e sindicalistas dos petroleiros e dos bancários são aqui tomados como paradigmas deste estudo, pautado no exame de documentos do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do

Freitas, *A repressão de Estado aos sindicatos e sindicalistas baianos na ditadura de 1964: os casos dos petroleiros e bancários*

Estado de São Paulo, nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Comissão Estadual da Verdade da Bahia (CEV-BA), em jornais e em entrevistas com antigos dirigentes sindicais. Acerca da temática das relações de trabalho na Bahia durante a ditadura, não são muitas as publicações, embora haja um esforço significativo de centros de pesquisas. Neste sentido, as investigações realizadas por Alex Ivo, Oliveira Jr. e Euclides Neves, serviram como referências importantes. O olhar para a história é inspirado na leitura de Walter Benjamin.

As situações examinadas indicam a atuação da repressão de Estado que se abateu nos sindicatos e a conduta da Petrobrás como colaboradora da ditadura. A agressividade da ditadura contra os trabalhadores contou com a cumplicidade de certo discurso jurídico, que tentava respaldar o autoritarismo e a violência. Em paralelo, novas normas trabalhistas foram impostas à sociedade, como complemento às condutas oficiais de confronto aos sindicalistas combativos, assim chamados para se diferenciarem dos sindicalistas apoiadores da política de terror do Estado ditatorial. Ao diferenciar esses grupos de interesses, o ensaio acompanha a preocupação em identificar como forças contrarrevolucionárias aquelas que provocaram e sustentaram o golpe de Estado de 1964, caracterizadas pela defesa vigorosa de uma exploração capitalista intensa sobre os trabalhadores (FERNANDES, 2019).

A ditadura contra os trabalhadores

Raimundo Ramos dos Reis, nascido na cidade de Ilhéus em 31/08/1927, e Emanuel da Silva Rêgo, nascido em Salvador em 13/06/1932, têm algumas coisas em comum². Os dois estudaram no Colégio Central da Bahia, instituição pública e gratuita criada pelo educador Anísio Teixeira que funcionava no centro de Salvador, daí o seu nome, e que reuniu jovens talentosos, estudiosos e interessados em política. Após concursos, Raimundo Reis ingressou no Banco do Brasil e Emanuel Rêgo na Petrobrás, como intérprete da língua inglesa. Emanuel foi colega de Mário Soares Lima no Colégio Central e alguns anos depois, ambos foram companheiros na direção do Sindipetro, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Destilação e Refinação de Petróleo no Estado da

² Raimundo Reis foi entrevistado pelo autor em Salvador (2016) e Emanuel Rêgo no Rio de Janeiro (2019).

Freitas, *A repressão de Estado aos sindicatos e sindicalistas baianos na ditadura de 1964: os casos dos petroleiros e bancários*

Bahia, Mário Lima como presidente da entidade e Emanuel Rêgo, como vice. Raimundo Reis, na mesma época, dirigiu o sindicato dos bancários. Os dois, como sindicalistas, militaram ativamente até os primeiros dias de abril de 1964, quando foram presos. Raimundo Reis teve os seus direitos políticos suspensos por dez anos, pelo Ato Institucional nº 1, de 09/04/1964, e Emanuel Rêgo despedido da Petrobras.

A política adotada após o golpe de 1964 projeta o conflito classista de maneira mais evidente. Segundo Rui Mauro Marini, para os setores da burguesia, não importava o desenvolvimento do país ou o imperialismo, mas os benefícios que poderiam usufruir, o que significava a garantia de que seus lucros seriam mantidos ou ampliados (MARINI, 1978). Essa preocupação voltava-se diretamente à necessidade de frenagem à força que os sindicatos combativos acumularam, especialmente nos primeiros anos da década de 1960. A partir da ditadura, a renda salarial dos trabalhadores caiu (OLIVEIRA, 1984) e a cobrança por produtividade nas empresas aumentou. Essa combinação permitiu maiores ganhos aos capitalistas, que empregavam os trabalhadores em condições cada vez mais conformadas para a acumulação capitalista³. Sem pressão sindical, em vista da agressiva repressão do Estado autoritário, mais viável se tornou a superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000, p.123). E logo foram impostas à sociedade brasileira medidas que reduziram ainda mais o espaço político dos trabalhadores no âmbito do direito do trabalho, seja no contrato individual, seja na representação coletiva. Os exemplos mais imediatos foram a lei de greve, de 1964, e o FGTS, de 1966.

Em paralelo, a participação de empresas estrangeiras ampliou-se no país⁴. Inicialmente com as companhias norte-americanas (MARINI, 1978), seguidas das alemãs (RUSSAU, 2017; BANDEIRA, 2011). Marini informa que a integração do Estado brasileiro ao imperialismo após o golpe teve um duplo efeito: aumentar a capacidade produtiva na

³ Há similaridade com o processo argentino, acerca da ditadura iniciada em março de 1976: “La condición necesaria para el desarrollo del nuevo patrón de acumulación fue la inédita redistribución del ingreso, que adquirió una magnitud desconhecida hasta esse momento. Entre 1976 y 1977 la disminución del salario real fue superior al 40%, lo cual implicó una notable reducción de la participación de los asalariados en el ingreso nacional (...)” (BASUALDO, 2013, p. 91)

⁴ Na análise de Francisco de Oliveira, a importância das estatais, como a Petrobras, é evidente: “Tem-se agora uma configuração de base produtiva em que comparecem a burguesia nacional, perdendo gradualmente peso e importância, a emergência crescente das próprias empresas estatais e, no comando de importantes setores da estrutura produtiva, o capital estrangeiro.” (1984, p.119)

indústria, pela via de financiamentos e uso de novas tecnologias, e restringir a criação de empregos, o que garantiria menor custo combinado com aumento de produtividade. Nesse cenário, não havia ambiente de defesa de negociações coletivas como meio de regulamentação dos direitos trabalhistas, apesar da defesa que fazia o ministro do trabalho no governo Castello Branco, o jurista Arnaldo Sussekind. A não ser que as negociações servissem para assegurar benefícios patronais, ao invés de defender interesses obreiros.

O esforço para a construção do modelo norte-americano, de fortalecimento das negociações coletivas em detrimento às regras impostas pelo Estado, sofreu limitações no próprio campo do sindicalismo de direita. A promessa feita em cursos do ICT (Instituto Cultural do Trabalho) às centenas de trabalhadores em todo o país esbarrava no interesse concreto daqueles que os financiava. De um lado, o ICT insistia no roteiro oferecido pela AFL-CIO⁵ e apoiado pela AIFLD (American Institute for Free Labor Development), estruturado para a formação educativa de sindicalistas como meio de viabilizar a proposta democrática e anticomunista, e convencer os trabalhadores que o capitalismo promoveria oportunidades a todos, sem a necessidade da falsa visão da luta de classes. Por outro lado, os setores burgueses nacionais e norte-americanos, que financiavam essa formação político-sindical, importava-se exclusivamente em assegurar condições para a acumulação capitalista pautada na superexploração da força de trabalho⁶. Um nó que foi facilmente desfeito, pois a intenção do ICT se revelou pura ficção, diante do predomínio da prioridade capitalista de assegurar as melhores condições de ampliar seus ganhos. É possível concluir que o papel fundamental do ICT foi tentar cindir as organizações sindicais como meio para facilitar a repressão que se abateu com o golpe militar. A questão essencial às reflexões aqui propostas se refere a essas influências conservadoras e reacionárias sobre a cultura jurídica e na criação e regulamentação do direito do trabalho, tal como percebido nos debates ocorridos

⁵ A AFL-CIO é a composição de duas centrais sindicais norte-americanas: a American Federation of Labor e o Congress of Industrial Organizations.

⁶ Neste sentido, importava reduzir os espaços conquistados pelos trabalhadores. Há, concretamente, identidade entre o que se passou no Brasil com o ocorrido na Argentina a partir do golpe de 1976. Para reflexões sobre a Argentina, Martín Schorr oferece a pista: “La participación económica y política de los trabajadores fue percebida como una “amenaza” por los sectores dominantes locales.” (2013, pág. 277)

posteriormente, especialmente na implementação do FGTS e da Lei nº 6.019/74, que tratou de implementar o trabalho terceirizado pela via de empresas prestadoras de serviços. Essas duas regras provocaram uma contínua desestruturação nos contratos de trabalho e enfraquecimento das entidades sindicais (FREITAS, 1999).

As empresas interessadas nos efeitos do golpe de Estado auxiliaram na campanha de desestabilização do governo João Goulart e na tentativa de enfraquecimento dos sindicalistas combativos. A Petrobrás, orgulho dos nacionalistas, passou por uma importante alteração em seu papel chave para a economia e para a política: no início do golpe, logo foi dominada pelos golpistas por sua posição estratégica e de segurança. Afinal, a empresa cuidava da industrialização de material combustível e lidava com uma categoria de trabalhadores organizados, politizados e muito ousados. Para refletir sobre o movimento sindical no período introdutório e impactante do golpe, o caso do Sindipetro⁷ é emblemático. Documentos de órgãos repressivos do Estado brasileiro guardados no Arquivo Nacional⁸ e depoimentos de trabalhadores que vivenciaram o clima político na empresa naquele momento permitem uma interpretação mais precisa sobre o papel da Petrobrás na repressão aos trabalhadores, e como estes buscaram formas de resistência política. É de se considerar, neste sentido, que o abate direcionado à ação coletiva dos petroleiros era significativo para controlar e reprimir as organizações obreiras de outras categorias.

Visitada meses atrás do golpe pelo presidente João Goulart⁹, a entidade sindical dos petroleiros no refino era uma referência na luta sindical na Bahia¹⁰, e um importante

⁷ Segundo relato de Amábíla Almeida, o ambiente no centro de Salvador foi muito conturbado no dia 19 de abril de 1964, inclusive com “soldados do exército por toda parte, invasão da sede do Sindicato dos Petroleiros, prisões, violências, o terror estabelecido, muita gente correndo” (BAHIA, 2014, pág.60)

⁸ A partir dos estudos e pesquisas sobre o que se passou naquela época, é possível identificar que alguns documentos do SNI ou do Exército registraram mais versões que fatos. Assim, eventualmente há confrontos entre as fontes pesquisadas. O propósito de um registro falseado pode ser a construção de um futuro. O passado se torna, assim, objeto de disputa. Benjamin preocupa-se com a questão: “A verdadeira imagem do passado passa por nós de forma fugidia. O passado só pode ser apreendido como imagem irrecuperável e subitamente iluminada do reconhecimento” (...) “Porque é irrecuperável toda a imagem do passado que ameaça desaparecer com todo o presente que não se reconheceu como presente intencionado nela”. (BENJAMIN, 2016, p. 11)

⁹ Informação nos dada por petroleiros anistiados, em 2019, na sede da ABRASPET.

¹⁰ Também o era o sindicato dos bancários. Neste sentido, Raimundo Reis lembra que os bancários auxiliaram as organizações de muitas categorias consideradas mais frágeis.

apoio das bandeiras nacionalistas e reformistas no Estado. A experiência de Emanuel Rêgo, vice-presidente do Sindipetro, e de seus colegas foi paradigmática quanto ao papel policesco exercido pela empresa que os empregavam, a Petrobrás. De acordo com os registros oficiais, o presidente do sindicato e deputado federal eleito em 1962, Mário Lima, teria sido preso no Palácio da Aclamação, residência do governador do Estado da Bahia, próximo ao largo do Campo Grande, ao tentar dialogar com o governador sobre a reação militar à greve dos petroleiros da Refinaria Landulfo Alves (RLAN), na região de Mataripe, no recôncavo baiano¹¹.

Cópia do prontuário de Mário Soares Lima consta do “Informe nº 1038 S/102-A13-CIE”, de 15/08/1984, do Ministério do Exército. Segundo o documento, o líder dos petroleiros foi preso em 02/04/1964 “por ter provocado greve ilegal na refinaria de MATARIPE no dia anterior, e ter ameaçado de fazer explodir a mesma”. Pelo registro no documento, Mário Lima permaneceu preso de 02/04 a 12/08/1964 na RM (Região Militar), e depois transferido para Fernando de Noronha, e lá mantido até 04/12/1964, quando foi liberado por força de Habeas-Corpus. No Prontuário há registros de insatisfação dos militares causada pela posterior decisão judicial de absolvição de Mário Lima¹².

O receio alegado pelas autoridades é que os sindicalistas poderiam explodir a refinaria¹³. Os petroleiros se encontravam mobilizados, mas a ameaça de explosão não era confirmada pelos sindicalistas, que foram perseguidos e presos (IVO, 2009). O boato também foi descartado pelos trabalhadores hoje anistiados que na época compartilhavam a direção do Sindipetro. Segundo eles, a proposta de explosão era falsa.

¹¹ Conforme informações em cópia autêntica do SNI de “Auto de Prisão em Flagrante” de Mário Soares Lima. Documento registrado como “ASV ACE 4825/82 CNF”, que faz parte do acervo do Arquivo Nacional.

¹² Documento registrado como “AC ACE 44667/84 SEC 1/1”, no acervo do Arquivo Nacional.

¹³ Para a versão dos militares sobre a ameaça de explosão e sabotagem dirigidas por Mário Lima e seus companheiros, conferir os seguintes documentos que se encontram no acervo do Arquivo Nacional: 1) da Agência de Salvador do SNI, denominado “Informação nº 325/16/ASV/SNI/1972, onde consta a “Cópia do Relatório do IPM instaurado no Terminal da Petrobrás, em MADRE DE DEUS/BA”, registrado como “ABA ACE 3773/82 CNF 1”; 2) do Ministério do Exército, a “Informação nº 674 E2”, datado de 12/11/1971, registrado como “ASV ACE 4825/82 CNF 1/1”. Neste último documento, é curioso o teor do item denominado “Conclusão”, com crítica a decisões do Judiciário, e sua atualidade quanto à postura de membros do Exército e em nome da “opinião pública”, confirmando a nota anterior: “A frequência das decisões antagônicas, ocorridas atualmente, vem causando profunda repercussão negativa e descrédito, cada vez maior, na opinião pública que vê nesse alto órgão de cúpula judiciária, a derrubada constante das sentenças, principalmente condenatórias, arbitradas pelas Auditorias.”

Emanoel Rêgo, morador em Salvador e com uma filha recém-nascida, escondeu-se da repressão em Mataripe nos primeiros dias do golpe, até que resolveu voltar à sua casa, pois soubera que policiais e o exército rondavam sua residência. Para não ser preso em Mataripe, em meio ao movimento paredista eclodido como resistência ao golpe militar, e depois frustrado pela repressão, Rêgo meteu-se em uma ambulância e com a cumplicidade do motorista e descolou-se para Salvador. Assim conseguiu chegar em casa. Mas, preocupado com uma iminente invasão à sua residência e agressões à sua família, Emanoel Rêgo decidiu entregar-se às autoridades, e voltou então a Mataripe no dia 08/04/1964. Entrou nas instalações da empresa e foi preso pelo Coronel Futuro, militar que controlava a movimentação de pessoas na refinaria e determinava quem deveria ser aprisionado.

Na Petrobrás foi instalada uma verdadeira estrutura militar após o golpe. O quartel adaptado funcionou no interior da Refinaria Landulfo Alves em dois ambientes: no hotel que havia na empresa, onde se estabeleceram os oficiais, e no “Alojamento 200”¹⁴. O movimento grevista foi logo frustrado¹⁵, diante do receio que abateu os trabalhadores com a notícia da prisão do líder Mário Lima (IVO, 2016). Antônio Gomes Trigueiros, após ter acompanhado Lima pouco antes da prisão, se deslocou a Santo Amaro para fazer agitação com trabalhadores locais, e lá foi detido junto com um colega. Segundo Trigueiros, eles dois foram os primeiros presos do golpe em Salvador, tanto que ao serem levados ao Quartel do Barbalho, os soldados ainda limpavam o local que passaria a ser um dos principais cárceres da capital baiana ao longo da ditadura (BAHIA, 2014).

Raimundo Lopes¹⁶ conta que, desmobilizada a greve, os obreiros foram à Refinaria e ele, após assinar o ponto, foi preso na empresa, no dia 02 de abril, junto com o colega conhecido como “Suez”. Ambos foram detidos por um tenente que, curiosamente, reconheceu “Suez” como um ex-militar do exército com quem havia servido. O tenente,

¹⁴ O nome do alojamento deve-se aos 200 leitos ali instalados.

¹⁵ A intenção dos sindicalistas era que houvesse um levante popular por meio de greve geral contra o golpe, e para isso circulou um manifesto de convocação de trabalhadores, estudantes, as forças armadas e o povo em geral. É o que consta da “Informação nº 34/930/82, datada de 12/05/1982, da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia, registrado como “AC ACE 24306/82 CNF 1/1”, e que faz parte do acervo do Arquivo Nacional.

¹⁶ Entrevistado pelo autor em 2019, na sede da ABRASPET.

então, deixou de encaminhá-los ao “Alojamento 200”, onde lhes aguardava um capitão que cumpria a tarefa de torturar os trabalhadores aprisionados. Para a sorte deles, o tenente sugeriu que Raimundo e o colega fossem direto à corveta atracada na Refinaria e onde as lideranças eram mantidas para posterior deslocamento a Salvador. Raimundo Lopes descobriu o que eles deixaram de sofrer ao encontrar outro petroleiro, cuja passagem pelo alojamento deixou seu corpo bem machucado e coberto de hematomas. Os militares ocuparam a empresa e logo buscaram apoio em postos-chaves que, às vezes, não correspondiam às suas determinações. Assim se deu com a requisição, por parte do Comandante da 6ª Região Militar, de dois ônibus para o transporte da tropa para os primeiros dias do golpe. A ordem não foi cumprida pelo Chefe do Departamento de Pessoal, apoiador da greve. O curioso fato foi registrado na “Informação nº 2.052”, de 26/02/1971, da DIVIN/Petrobrás, e difundido pelo SNI/NASV¹⁷.

O “Alojamento 200”, segundo Raimundo Lopes e Antônio Trigueiros, diretores da ABRASPET¹⁸ e trabalhadores da Refinaria na época, não funcionou naqueles dias como hospedaria interna¹⁹ dos operários, mas como centro de tortura. A revelação corresponde ao registro feito no Relatório Final da CNV, que apontou a existência de um comando militar na Refinaria Landulfo Alves. Conforme informado pelos anistiados, de acordo com o que circulou entre colegas, ao menos quatro trabalhadores foram barbaramente torturados: Vivaldo Fernandes das Neves, que teria perdido as unhas das mãos por conta da violência, e Carlos Brondi, ambos no “Alojamento 200”; e, depois, Emanuel Rêgo e Milton Oliveira, no quartel do 19º Batalhão de Caçadores, o 19BC.

O Relatório de Atividades de 2013/2014 da baiana CEV registrou as violências sofridas por Vivaldo das Neves em sessões de torturas: “teve ossos quebrados, unhas arrancadas e testículos quebrados”. (BAHIA, 2014, p. 68)

¹⁷ Documento registrado como “ASV ACE 5134/82 CNF 1/1”: acervo do Arquivo Nacional.

¹⁸ A Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e demais Empresas Estatais foi fundada em 19/09/1996, a partir da articulação de trabalhadores vítimas da ditadura (COSTA, 2012).

¹⁹ Muitos trabalhadores ainda utilizavam as instalações da empresa para morar ou pernoitar, quando não encontravam transportes de retorno após o trabalho. Esses locais eram chamados alojamentos. Oliveira Jr. (1985) narra que as péssimas condições desses equipamentos chegaram a provocar uma mobilização importante dos petroleiros no final da década de 1950.

O coronel Futuro prendeu Emanuel Rêgo no ambiente da empresa e o encaminhou ao 19BC (OLIVEIRA JR., 1985). Em 28/08/1964, Rêgo foi dispensado por justa causa, com mais sete colegas, sob a alegação de ordem da Diretoria da Petrobrás²⁰, que acompanhava os movimentos obreiros por meio de sua agência interna.

A DIVIN (Divisão de Segurança e Informações da Petrobrás) funcionou como órgão de espionagem interna, a fim de viabilizar o controle e a repressão das movimentações operárias e da presença de militantes da esquerda em suas unidades. O setor da empresa estava integrado com o sistema de informações dos demais órgãos do Estado responsáveis pela troca de dados e o acompanhamento repressivo. A dinâmica interferia na produção fabril e os trabalhadores se sentiram mais vigiados e cobrados. Como meio de apoio, o esquema se valia de militares infiltrados entre os trabalhadores – os chamados “P2”, na linguagem policial. Essas pessoas, e aqueles relacionados à DIVIN, eram às vezes reconhecidas e identificadas no interior da empresa pelos petroleiros²¹. Sobre esse tipo de atividade, o Relatório da CNV em seu “Texto 2 – Violações de direitos humanos dos trabalhadores”, analisou a extensão das graves violações dos direitos humanos nas relações de trabalho²².

Emanuel Rêgo, Raimundo Lopes e Luciano Campos narraram que, dispensados da Petrobrás, tiveram dificuldades para encontrar empregos. Seus nomes, como outros tantos ativistas, estavam em uma malsinada “lista negra”, anotada no Relatório da CNV. Restaram-lhes, durante anos, atividades informais para o sustento das famílias. Alguns

²⁰ Conforme informação constante em documento denominado “Parecer” em registro “CREBA-AJUR/RLAM-P-59/64”, da Petrobrás, datado de 28/08/1964.

²¹ Segundo informaram os anistiados petroleiros que continuaram trabalhando na empresa após o golpe de 1964. Para eles, o superintendente da Petrobrás prestava contas à DIVIN, e não o oposto.

²² “A aliança empresarial-policial, estabelecida durante o período anterior, transformou-se em aliança empresarial-policial-militar e definiu um novo regime fabril. Por um lado, havia a presença de agentes da repressão infiltrados entre os operários, a estreita colaboração entre a nova burocracia sindical e os órgãos de repressão, a instituição das Assessorias de Segurança e Informação (ASI) no interior das empresas estatais e dos setores de RH das empresas privadas e o fornecimento de “listas negras” para o DOPS e Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Por outro lado, o financiamento e o apoio material, logístico e ideológico, do empresariado à organização da repressão e de órgãos como a Operação Bandeirante (OBAN) e o DOI-CODI materializaram a solidariedade política da aliança empresarial-policial-militar, constituindo a sua face operativa e a configuração de um novo poder disciplinador, que rendeu os dividendos do crescimento econômico com segurança e concentração de renda.” (BRASIL, 2014, p. 64)

foram trabalhar como camelôs ou condutores de táxis. Em um momento econômico tormentoso, viver de biscates foi o destino de muitos deles.

Para os trabalhadores que permaneceram na Petrobrás, o clima era de medo sob o comando do coronel Futuro. Se o trabalhador não via o cartão de ponto na chagada, sabia que seria despedido ou preso. A cobrança e a pressão também aumentaram²³.

Imediatamente após o golpe, portanto, se instalou um Estado terrorista²⁴ que, com o desenrolar da ditadura, foi se articulando a outros países submetidos a equiparada situação política²⁵. Sindicalistas tiveram a liberdade cerceada e muitos permaneceram isolados, sem que suas famílias soubessem onde e como estavam. Em Salvador, as instalações dos Fortes de Amaralina, do Barbalho e de Monte Serrat²⁶, e do quartel do 19BC, receberam ativistas petroleiros, que dividiram celas com outros cidadãos a quem foram confiados o exercício da representação sindical, como o bancário Raimundo Reis. A “Informação nº 45/SNI/68”²⁷, de 19/08/1968, retrata a conduta policialesca imposta aos petroleiros, pois não apenas demonstra a vigilância intensiva ao então presidente do sindicato, Marival Caldas, como também narra as táticas de luta que estariam sendo planejadas pelos trabalhadores, o que sugere a prática de espionagem. Sobre a integração da vigilância interna da empresa com órgãos de repressão do Estado, Praun

²³ Em sua pesquisa, Ivo menciona os esforços para que a empresa afastasse os ativistas e retratou o grau de perseguições aos petroleiros: “Em todo o Brasil, cerca de 1.500 petroleiros responderam, em algum grau, às investigações desencadeadas pela repressão. Deste universo, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade, 716 foram indiciados através do Inquérito Policial Militar (IPM) (Brasil, 2014, p.66). Desse total, segundo um parecer da Comissão Geral de Investigações da Petrobras, 192 trabalhadores foram investigados, apenas nas unidades sediadas no estado da Bahia. Pelo menos 137 indiciados foram demitidos. Essa quantidade, evidentemente, pode ser um pouco maior, pois pelo menos seis dessas pessoas investigadas, quando da redação do relatório, ainda não haviam tido o seu destino definido pelos agentes da repressão e pelas autoridades da empresa” (2016, p.29)

²⁴ Expressão pouco utilizada pela literatura brasileira. Refere-se à estrutura opressora oficial adotada após o golpe militar de 1964, cujo uso é mais comum em estudos argentinos, a exemplo de Duhalde (2014).

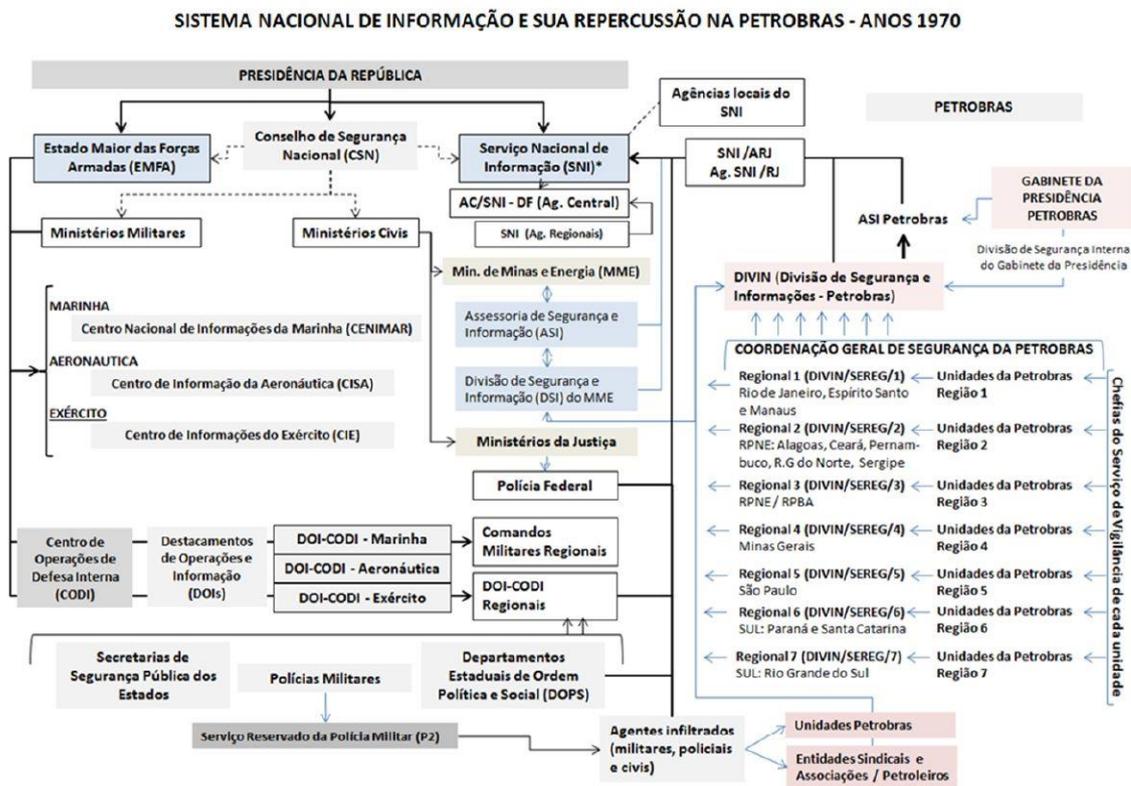
²⁵ É o que se percebe das pesquisas sobre a temática. “En América Latina, los procesos de radicalización política y de organización de corrientes combativas em el sindicalismo presentaron numerosos rasgos em común entre fines de los 60 y mediados de los 70, y también tuvieron puntos de contacto los correspondientes procesos repressivos que se articularon entonces”. (ESPONDA, 2017, p. 26)

²⁶ Instalações históricas, o Forte do Barbalho, ou Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo, foi erigido no século XVII e o Forte de Monte Serrat, ou Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat, no final do século XVI. Ambos foram utilizados nos combates contra os holandeses em Salvador.

²⁷ Documento contido em “ASV ACE 5109/82 CNF 1/1”, que faz parte do acervo do Arquivo Nacional.

e Costa (2016) elaboraram um esquema detalhado, com uma noção ampla e articulada do que chamaram de repercussão do Sistema Nacional de Informações na Petrobrás.

Figura nº 1 – Organização da espionagem interna na Petrobrás.



Fonte: Praun e Costa (2016)

O golpe militar impôs um cotidiano absolutamente diferente aos trabalhadores e suas lideranças. E, com isso, outra dinâmica no tratamento dos conflitos trabalhistas e nova pauta passaram a ser as referências, a contragosto dos sindicalistas combativos. De imediato, mudou o cenário: foram mais de 450 intervenções em sindicatos (NEVES, 2008), seguidas de perseguições, prisões, torturas e mortes. Houve também situações em que sindicatos e sindicalistas foram afetados sem que houvesse intervenções formais: com parte da direção presa ou perseguida, e as demais lideranças dispersas e amedrontadas, a entidade sindical era ocupada por indivíduos que funcionavam como interventores.

Os petroleiros anistiados contam difusamente sobre eventuais interventores, como Tibério José Ferreira. Mas uma vez instalado o comando militar na empresa, e após a

Freitas, A repressão de Estado aos sindicatos e sindicalistas baianos na ditadura de 1964: os casos dos petroleiros e bancários

intervenção, o sindicato voltou a funcionar com certa normalidade, mesmo que sob vigilância, o que não impediu a eleição de Marival Nogueira Caldas em 1966, como secretário, e em 1968 como presidente. No entanto, cinco dias após a edição do AI-5, em 18/12/1968, Marival Caldas e mais nove membros da direção do Sindipetro, aí incluído Antônio Valente Barbosa, posteriormente dirigente da ABRASPET, tiveram seus contratos de trabalho rescindidos²⁸. O documento “RPB Nº 47/NASV/SNI/68”, datado de 12/09/1968, lista uma série de condutas supostamente consideradas subversivas por parte de Marival Caldas, e dentre as quais consta que: “Abriu as portas do SINDIPETRO aos estudantes para que ali fossem realizadas reuniões preparatórias às manifestações de ruas, como os tem auxiliado com farto material pertencente ao Sindicato para a publicação dos manifestos estudantis”.

Em vista da rede de controle, vigilância e informações internas que foi construída na Petrobrás, é provável que o DOI-CODI/RJ, ao sequestrar Jorge Leal Gonçalves Pereira em 20/10/1970²⁹ (em seguida encontrado morto), tivesse conhecimento sobre sua passagem como engenheiro da empresa e como dirigente da organização Ação Popular do Brasil (AP), criada em 1962, a partir da juventude católica e de ativistas não alinhados ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). A AP compôs uma chapa para concorrer à direção do Sindipetro antes do golpe de 1964, mas era o PCB que tinha atuação mais forte na categoria, como conta Antônio Trigueiros.

Apoios ao golpe e controvérsias

A repressão foi apoiada pelos principais jornais do país como medida necessária para afastar os perigos da corrupção e do comunismo. Nos anos que se seguiram ao golpe, o judiciário foi se acomodando aos interesses da ditadura civil-militar. Sábia e taticamente, o ministro do trabalho e previdência social Arnaldo Sussekind, ao ser questionado por deputados na Câmara Federal, defendeu a postura rígida e de força

²⁸ Informações que podem ser encontradas em ofício (“RLAM-CONF.-1. 642/68”) do superintendente Orioaldo Pereira Lima ao tenente coronel Joalbo Rodrigues F. Barbosa, contido em “ASV ACE 5109/82 CNF 1/1”, documento que faz parte do acervo do Arquivo Nacional.

²⁹ Documento do II Exército / DOI-CODI, datado de 20 e 21/12/1971, em que constam informações sobre a AP, relaciona os militantes da organização, e entre eles, consta Jorge Leal Gonçalves Pereira, como preso e falecido na Guanabara. O documento se encontra no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

com citações a antigas decisões do Supremo Tribunal Federal, em busca de fortalecer argumentos jurídicos em prol das intervenções. Duas falas do ministro na Câmara, que entre si se articulam, demonstram esse caminho: uma em 07/04/1965³⁰ e a outra em 23/04/1965³¹.

Dentre as muitas questões que podem ser levantadas a partir da fala do ministro, duas se sobressaem para as articulações teóricas aqui desenvolvidas.

Uma é o discurso em defesa da lei: o ministro impõe a sua leitura jurídica como a única possível. Segundo ele, os sindicatos que deixaram a sua função de representação legal dos trabalhadores sofreram intervenções. O desvio de função, justificador da medida de força, foi explicado de maneira genérica pela autoridade máxima do ministério do trabalho e reconhecido intelectual no meio jurídico. Uma vez constatada a ilegalidade, o Estado militarizado identificou os seus inimigos e tratou de desarmá-los, desalojá-los e destituí-los do posto de representação coletiva. A postura impositiva do soberano, que atuou da maneira como entendeu ser a esperada pela população, sem a necessidade de consultas à sociedade e em nome da defesa da lei e do combate à corrupção e ao comunismo, situa-se como autoritarismo similar àquele manejado por Carl Schmitt durante o estado nazista, segundo a leitura crítica de Pedro Serrano (2016).

O não cumprimento da norma por parte dos sindicalistas situa-se como algo, no mínimo, bastante controverso. Efetivamente, aqueles trabalhadores que decidiram representar os seus colegas na direção das entidades sindicais atuaram, de uma maneira geral, na defesa dos interesses das categorias profissionais. No caso dos petroleiros, houve ao

³⁰ Conforme registro no Diário do Congresso (1965): “Essas intervenções tiveram, pois, o objetivo de restabelecer o funcionamento de algumas entidades sindicais, cujos diretores fugiram, se asilaram em missões diplomáticas ou foram detidos pela prática de atos capitulados em lei como crimes ou, ainda, quando se verificou terem as administrações sindicais desviado as entidades dos rumos para os quais foram organizadas. Somente nesses casos determinou-se a intervenção e, na sua quase totalidade, desde o início, as respectivas administrações foram entregues a Juntas compostas por associados das próprias entidades; e a partir de janeiro próximo passado, ordenei a substituição de qualquer interventor, civil ou militar, por Junta constituída na forma precitada”.

³¹ “Registrou o Diário do Congresso (1969): “O sistema brasileiro é precisamente aquele que temos de aplicar no Brasil. É expresso, quando declara que o sindicato é feito para empreender a defesa dos seus representados no que tange aos seus direitos profissionais, ou em se tratando de fatores, aos interesses econômicos. E proíbe expressamente a atividade político-partidária”.

menos dois processos que levam a essa compreensão. Um, que teve beneficiamento econômico direto e objetivo aos trabalhadores, que foi a campanha de equiparação dos salários dos petroleiros baianos aos dos colegas da região sudeste (campo de Cubatão). Em 1960, os petroleiros cruzaram os braços e reivindicaram: “Ou equipara ou aqui para!”. A mobilização foi forte e resistente, até que conquistaram os aumentos salariais que corresponderam à 80% da equiparação desejada, em decisão homologada pelo Tribunal do Trabalho³². Um outro foi de cunho social, mas que se encontrava em plena coerência às políticas educacionais da época. O Sindipetro organizou cursos de alfabetização pelo método Paulo Freire com vistas a beneficiar os trabalhadores recém ingressos na Petrobrás oriundos dos plantios de cana-de-açúcar do recôncavo baiano. Eram centenas de trabalhadores analfabetos, que deixaram essa situação humilhante com o esforço dos sindicalistas. Antônio Trigueiros, hoje anistiado e que na época ainda não trabalhava na empresa, lembra com orgulho que foi um dos professores de matemática que acompanhou essas turmas de alunos.

A iniciativa do Sindipetro encaixava-se na política pública adotada pelo Estado brasileiro. Neste sentido, o editorial do Jornal da Bahia, de 03/03/1964, elogiou a campanha de alfabetização promovida pela Comissão Regional de Cultura Popular (CRCP), do Ministério da Educação da Bahia, a partir do “sistema Paulo Freire de educação de adultos”. O editorial inclusive refletiu sobre o problema em vista da Petrobrás: “Por que – e damos um exemplo – não se atacar, logo e logo, setor tão importante como a Petrobrás para alfabetizar os analfabetos e alargar os horizontes dos semi-alfabetizados?” (JORNAL DA BAHIA, 1964, p. 02).

³² A importância das greves dos petroleiros baianos é significativa pela mobilização, intensidade, diversificação de assuntos que compuseram as reivindicações, e pela educação política dos trabalhadores, muitos deles não escolarizados. Oliveira Jr. (1995) menciona, por exemplo, os movimentos de protestos contra as condições dos alojamentos e contra o afastamento de dois dirigentes sindicais (Osvaldo Marques e Mário Lima) no final da década de 1950. Assim também a greve que reivindicou a equiparação às remunerações dos petroleiros de Cubatão, e a que não chegou a se concretizar no confronto ao golpe de 1964. Naqueles anos iniciais de formação política da categoria recém-criada, a greve parecia ser a forma de luta mais lembrada, tal qual já se sucedeu em tempos anteriores, em situações comparáveis. Neste sentido, conferir a análise feita por Rosa Luxemburgo sobre a relevância das greves econômicas na Rússia do início do século XX (LUXEMBURGO, 1974).

Considerar que essas duas campanhas afrontavam a norma sindical era uma interpretação restritiva com intencionalidade e interesses prévios de pré-julgar os sindicalistas. Nesses dois exemplos, que tiveram amplitude significativa na categoria, não se verificou corrupção e nem subversão às leis.

No entanto, o manejo dos fatos se adequou à necessidade da ditadura em enquadrar os sindicalistas como afrontadores das leis. E isso foi feito, ao gosto do soberano.

Outra questão que se revela é o do suposto vínculo entre sindicalismo e corrupção. Importa lembrar que a corrupção e o comunismo foram eleitos como inimigos e alvos dos defensores do “movimento revolucionário” de 1964³³. A imagem da austeridade militar, no entanto, era abalada por casos de desvios de verbas em que os seus apoiadores se envolviam. No limite do ambiente sindical, anotam-se duas denúncias, aqui brevemente pontuadas: a de Raimundo Reis em relação à delapidação dos fundos do Sindicato dos Bancários após o golpe, e a do deputado Adílio Viana, que encarou o ministro Arnaldo Sussekind no parlamento e questionou-lhe sobre a eficiência do autoritarismo diante dos desvios praticados por interventor sindical³⁴. A essas duas, somam-se outras suspeitas. As dúvidas acerca da austeridade no tratamento das contas se ampliam diante do financiamento dirigido a grupos sindicais oposicionistas aos nacionalistas, reformistas e comunistas, feito por firmas nacionais e estrangeiras (DREIFUSS, 2006; CORRÊA, 2017).

É imenso o descompasso entre o montante de dinheiro destinado a instituições apoiadoras de grupos de direita no ambiente sindical e o êxito desses grupos na disputa com nacionalistas, reformistas e comunistas. Aparenta ter havido um grande investimento com resultados pífios, o que permite dúvidas sobre a destinação real desses recursos. O Nordeste era a região prioritária para a política de desestabilização do governo João Goulart (FÜCHTNER, 1980). Para os sindicalistas anistiados da Petrobrás,

³³ Conferir o texto do Ato Institucional nº 2, de 27/10/1965.

³⁴ Sobre eventuais desvios financeiros praticados por interventores em sindicatos, oportuna a denúncia feita pelo deputado gaúcho Adílio Viana (PTB), em sessão da Câmara dos Deputados, de 23/04/1965, quando interpelou o ministro do trabalho e previdência social Arnaldo Sussekind, em questionamentos sobre as intervenções. Disse-lhe o deputado: “O primeiro interventor, de nome Arnaldo Sales, se não estou enganado, já confessou publicamente ter desviado pelo menos 1.800.00 de cruzeiros dos 5 milhões destinados à impressão do Hino Nacional Brasileiro” (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1965, p. 2099).

no entanto, nos anos que precederam o golpe não havia agrupamentos de direita expressivos no movimento sindical baiano. Fora alguns integralistas e uns ex-comunistas que se tornaram reacionários, não havia presenças de importância.

O manejo de verbas estrangeiras para sustentar a oposição ao sindicalismo combativo gerou suspeitas quanto aos seus objetivos políticos: “a USAID aprovou empréstimos ao Brasil no valor de US \$ 600 milhões, mas o desembolso de mais de três quartos do montante foi retido até depois do golpe de 1964” (BLACK, 1977, p. 41).

O contraditório combate à corrupção pelos golpistas consistia em simplória imagem publicitária, mas com efeitos que se mostraram eficientes na sociedade brasileira. No fundo, era mais um suntuoso palácio sustentado em frágeis gravetos. A importância do golpe estava em assegurar seus objetivos econômicos, e para isso tentava a imobilização das classes populares e a anulação à força das ações de lideranças nacionalistas, reformistas, religiosas progressistas e comunistas.

Síntese: o horror e luta

A violência sofrida pelos petroleiros e bancários baianos se caracterizou como um registro comum da repressão do Estado terrorista da ditadura brasileira, a qual também se estendeu a outras categorias profissionais, estudantes³⁵, intelectuais e quem mais resistisse. Além da força física que abateu militantes, era essencial que o domínio político dos militares contasse com o apoio, discreto ou ostensivo, de empresas, interessadas no aprofundamento e intensidade da exploração da força de trabalho. Para isso, era importante à ditadura reprimir sindicatos, sindicalistas e lideranças dos trabalhadores. O terror e o medo então cumpriram o seu papel.

Quem contrariava a empreitada do Capital em acumular riquezas era eleito inimigo da ditadura, sendo ele nomeado como “comunista” e/ou “corrupto”. A vigilância e a espionagem, oficial ou não, tratavam de mantê-lo sob constante tensão, quando ocorria

³⁵ Os estudantes foram afetados logo após o golpe, mas com o AI-5 e do Decreto nº 477, de 1969, os efeitos se amplificaram e a repressão se tornou muito mais efetiva. Para uma análise do movimento estudantil soteropolitana da época, conferir as pesquisas de Sandra Silva (2003) e de Antônio Brito (2008).

Freitas, *A repressão de Estado aos sindicatos e sindicalistas baianos na ditadura de 1964: os casos dos petroleiros e bancários*

de não ele caído em prisões e torturas. O Estado terrorista buscava o esvaziamento do futuro para quem vivia do trabalho.

A silenciosa perseguição patronal e o desalento do desemprego foram cruéis para os ativistas sindicais de outrora, muitos despedidos por justa causa, mesmo sendo eficientes em suas tarefas laborais. Sob o clima hostil imposto pelos militares e seus apoiadores, impregnou-se uma sensação de desamparo generalizado entre esses ativistas. Famílias foram deslocadas para situações incertas, que o diga Emanuel Rêgo. E trabalhadores zelosos mal conseguiam promoção no Banco do Brasil após o golpe, que o diga Raimundo Reis. Um cenário de uma aspereza concreta, que lembra aquele descrito na poesia de Fernando Pessoa (1997). Mas, de alguma forma, Raimundo e Emanuel mantiveram lutas possíveis: Raimundo Reis, aposentado do Banco do Brasil, se tornou uma referência histórica dos bancários, cujo sindicato baiano criou, em 2011, o “Centro de Memória Bancária Raimundo Reis”. Emanuel Rêgo foi anistiado e retornou à Petrobrás, tendo sido um dos articuladores do I Encontro Nacional dos Anistiados da Petrobras, em 1985 (COSTA, 2012). Sofreram os horrores da ditadura e mantiveram-se em luta.

Referências Bibliográficas

- BAHIA. *Relatório de Atividades 2013/2014*. Comissão Estadual da Verdade da Bahia: Salvador, 2014.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ‘milagre alemão’ e o desenvolvimento do Brasil (1949-2011)*. 2ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- BASUALDO, Eduardo M. El legado dictatorial. El nuevo patrón de acumulación de capital, la desindustrialización y el ocaso de los trabajadores. IN: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo, Orgs. *Cuentas Pendientes – Los cómplices económicos de la ditadura*. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, 2013.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- BLACK, Jan Knippers. *United States Penetrations of Brazil*. Pennsylvania: Manchester University Press, 1977.
(https://books.google.com.br/books?id=O2a7AAAAIAAJ&dq=ipes+student+brazil+1963&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s)
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

- BRITO, Antonio Maurício Freitas. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2008.
- CORRÊA, Larissa Rosa. *Disseram que voltei americanizado – Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2017.
- COSTA, Reynaldo Hélio da. *História da Abraspet na luta pela anistia política no Brasil*. Salvador: Abraspet, 2012.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- ESPONDA, Alejandra. *Responsabilidad empresarial em delitos de lesa humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado: tomo 1*. 2ª Edição especial. Posadas: EdUNaM – Editorial Universitaria de la Universidad Nacional de Misiones, 2017.
- DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado Terrorista argentino*. Buenos Aires: Colihue, 2014.
- FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- FILGUEIRAS, Otto. *Revolucionários sem rosto – Uma história da Ação Popular*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014.
- FREITAS, Carlos Eduardo Soares de. *Desregulamentação e precarização nas relações formais do trabalho no Brasil dos anos 90*. Revista SER SOCIAL (UNB), Brasília, v. 5, p. 65-86, 1999.
- FÜNCHTNER, Hans. *Os Sindicatos brasileiros – organização e função política*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- IVO, Alex de Souza. Uma “revolução” contra o comunismo-peleguismo: o golpe de 1964 e o sindicalismo petrolero. IN: ZACHARIADHES, GC., org. IVO, AS., et al. *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, vol. 1.
- _____. “Acabou nosso carnaval”: o golpe de 1964 e a repressão aos trabalhadores do petróleo na Bahia. IN: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos (Orgs.). *Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: CUT, 2016.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de massas, partido e sindicatos*. Coimbra: Centelha, 1974.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y Revolución*. 9ª Edição. México: Siglo veintiuno editores, 1978.
- _____. *Dialética da dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- NEVES, Euclides Fagundes. *Bancos, Bancários e Movimento Sindical*. 2ª Edição. Salvador: Bureau Gráfica e Editora, 2008.

- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.
- OLIVEIRA JR., Franklin. *A Usina dos Sonhos – Nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954 – 1964*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 1985.
- PESSOA, Fernando. *Obra poética. Volume único*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.
- PRAUN, Luci; COSTA, Cláudia. *Pistas sobre a estrutura e as ações de repressão do Estado brasileiro no pós 1964 e sua configuração no interior da Petrobrás*. Revista do Arquivo, nº 2, 2016, publicação eletrônica do APESP. http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/02/artigo_02.php#inicio_artigo, acessado em 17/12/2019.
- RUSSAU, Christian. *Empresas alemãs no Brasil – O 7x1 na economia*. São Paulo: Elefante, 2017.
- SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. *Autoritarismo e golpes na América Latina – Breve ensaio sobre jurisdição e exceção*. São Paulo: Alameda, 2016.
- SCHORR, Martín. El poder económico industrial como promotor y beneficiário del proyecto refundacional de la Argentina (1976-1983). IN: VERBITSKY, Horacio; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo, Orgs. *Cuentas Pendientes – Los cómplices económicos de la ditadura*. Buenos Aires: Siglo veintiuno editors, 2013.
- SILVA, Sandra Regina Barbosa da. *“Ousar lutar, ousar vencer”: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2003.

Data de Submissão: 31/05/2020

Data da Avaliação: 10/06/2020